

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMUDA DE 01 DE JUNHO 2020

OBS: ESTA REUNIÃO FOI REALIZADA EM MEIO AO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, DE ACORDO COM O DECRETO Nº 64.879, DE 20 DE MARÇO DE 2020, E ACONTECEU REMOTAMENTE POR MEIO DA PLATAFORMA DIGITAL “MICROSOFT TEAMS”.

Pauta: A epidemia do Covid 19 na cidade e seus reflexos

- Fechamento do Atende 2;
- Distribuição de EPI;
- Serviços de apoio, água, alimentação, banho, etc.

Início da Reunião: 14:15h

Conselheiros presentes:

1. Fundação Porta Aberta

Alcione Moreno - alcionem@uol.com.br

2. Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania

Elizete Aparecida Rossoni Miranda - elizete@patriciabezerra.com.br

3. Centro de Convivência é de Lei

Maria Angélica Comis - angelica@edelei.org

4. Plataforma Brasileira de Política sobre Drogas

Michel Willian de Castro Marques - michel.c.marques12@gmail.com

5. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Décio Perroni Ribeiro Filho - dpfilho@prefeitura.sp.gov.br

6. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - CRP/SP

Marcos Muniz de Souza - mmuniz.souza@gmail.com - 99823-2314

7. Conselho Estadual de Drogas -

Vera Lucia Bagnollesi - ybagnolesi@sp.gov.br

8. Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo - OAB/SP

Cristiano Ávila Maronna - cmaronna@msm.adv.br

9. Comissão Ordinária Permanente de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher

Paulo Ferreira da Silva - paulo.ferreira@saopaulo.sp.leg.br

10. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho

Rodrigo Ramos Pinto Medeiros - rodrigoramos@prefeitura.sp.gov.br

11. Secretaria Municipal de Cultura

Ana Cecília Lessa - acleessa@prefeitura.sp.gov.br - 99612-1165

12. Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo - CRESS/SP

Patrícia Ferreira da Silva – patricia@cress-sp.org.br

13. Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas
Felipe Aureliano Martins

Conselheiros ausentes:

1. Secretaria Municipal de Saúde

Claudia Ruggiero Longhi - claudialonghi@prefeitura.sp.gov.br

2. Conselho Regional de Terapia Ocupacional

Adriano Conrado Rodrigues - cidajordao@crefito3.org.br

3. Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - CRF/SP

Rafael Gomes Mariano - rafael.mariano@crfsp.org.br

4. Secretaria Municipal de Segurança Urbana

Nilson da Silva Rosa - nsrosa@prefeitura.sp.gov.br

5. Faculdades Anhanguera

Jaqueline Santos Viana - jaqueline.viana@anhanguera.com

6. Representante do Conselho Estadual de Drogas

Marta Elena Reis - martaelenareis@yahoo.com.br

7. Associação de Apoio ao Projeto Quixote

Cecília Motta - cecimotta@uol.com.br

8. Secretaria Municipal de Esportes, Lazer

Mateus Torres Penedo Naves - mtpnaves@prefeitura.sp.gov.br - 3396-6540

9. Secretaria de Governo Municipal

Bruno Valsani - bvalsani@prefeitura.sp.gov.br

10. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Silvia Helena Marchesan - smarchesan@prefeitura.sp.gov.br

11. Conselho Regional de Medicina de São Paulo - CREMESP

Tatiana Regina Criscuolo - tatianacriscuolo@cremesp.org.br

12. Secretaria Municipal de Educação

Marcia Helena Matsushita - mmatsushita@sme.prefeitura.sp.gov.br

13. Instituto Sedes Sapientiae

Rubens Kushimizo Xavier - rubenskushimizo@hotmail.com

14. Comissão Extraordinária Permanente da Criança, Adolescente e da Juventude

Soninha Francine - soniafrancine@saopaulo.sp.leg.br

Outros Participantes:

1. Maria Solange
2. Sandra Madour

Início da sessão:

Décio dá início a reunião retomando a pauta e a discussão que foi feita na reunião anterior e reafirmando as medidas acordadas sobre inscrição de fala e registro de presença, além de recomendações para o melhor funcionamento da reunião virtual. Junto a isto, também apresenta a nova conselheira oficial Lindilene Shimabukuro, representando o Sedes Sapientiae, a troca da conselheira da SMADS que era a Sílvia e agora é a Jose, a situação do representante da ABRAMD de transição do Felipe para o Jorge Arthur, a substituição do representante da Faculdade Anhanguera e a pendência de representação da Secretaria de Esportes. Traz também a questão do Atende II que foi discutida na última reunião do Núcleo Técnico do Redenção em que está sendo acordado como será feita a ocupação daquele espaço entre a Defensoria Pública, Ministério Público e Prefeitura. Em seguida, abre as falas para os informes.

Angélica se inscreve e diz que todo mês de junho há uma campanha global chamada “Support, Don’t Punish” (Acolha, não puna) organizada pelo Consórcio Internacional de Políticas de Drogas, onde quatro organizações ganharam. São estas a PBPD, É de Lei, Escola Livre de Redução de Danos de Pernambuco e Cultive. Nesse sentido é feito um trabalho de conscientização sobre o uso de drogas a fim de diminuir o estigma acerca do usuário com projetos visuais, mesas de discussão e etc. Será aberto um edital para as pessoas criarem conteúdos artísticos para a campanha em que oito artistas serão contemplados. Ano passado foi feita uma campanha que envolvia as mídias sociais, canecas e camisetas e a participação dos usuários foi bastante marcante. A atividade principal acontece no dia 26 de junho para comemorar e discutir a política de drogas.

Alcione informa que haverá uma palestra na quarta, dia 10 de junho, com a Luciana Temer intitulada “violência sexual e criança em adolescência em tempos de COVID”, o link será compartilhado pelo email ou whatsapp. Além disso, a Fundação Porta Aberta ganhou um edital para Oficina de Costura e está sendo aberto para empreendedores participarem. Quem se interessar em compor o projeto, basta entrar em contato.

Elizete questiona sobre a vinda da Luciana Temer, se contemplará a discussão sobre o documentário “Um crime entre nós”.

Alcione diz que não sabe exatamente o que será trazido para a discussão e **Elizete** complementa, explicando aos conselheiros do que se trata o filme citado. É um documentário feito pelo Instituto Liberta, presidido pela Luciana Temer, a respeito da exploração e violência sexual contra o adolescente. É feito um apanhado do território nacional e uma denúncia sobre a naturalização deste crime.

Angélica informa também que a Casa do Povo está produzindo máscaras e, com isto, incentivando a produção de renda das costureiras do território que estavam paradas por causa da pandemia. É feita uma vaquinha para arrecadar fundos e assim é possível pagar as máscaras produzidas por elas. Muitas organizações estão recebendo este material para distribuição para o público e o É de Lei é uma delas.

Décio, então, traz uma questão que gostaria de discutir com o grupo antes de avançar para a pauta: a possibilidade de pensar em uma pesquisa sobre o afastamento social e o consumo de álcool e drogas.

Alcione lembra da discussão do ofício enviado pelo COMUDA e questiona acerca da atual situação, após o conselheiro da GCM, Nilson, ter feito algumas pontuações sobre o texto. Além disso, com relação a situação da ABRAMD, gostaria de mais informações.

Décio esclarece que ainda não foi feita a troca entre os conselheiros de maneira oficial, ou seja, com a saída do Felipe, é preciso que a ABRAMD, por meio de um ofício de representação, oficialize a nomeação do Jorge Arthur para que seja publicado no Diário Oficial. Já com relação ao ofício, ainda não houve nenhum retorno. A última coisa que aconteceu foi o convite para a GCM participar de uma reunião e estamos em conversa para ver se será possível já na próxima reunião. De fato, é muito urgente falarmos sobre a violência policial, independente de qual polícia for.

Angélica, então, retoma a questão da pesquisa, colocada anteriormente por Décio. Diz que no É de Lei há uma doutoranda da UNICAMP que faz sua pesquisa em análise de substâncias psicoativas e festividades junto com um ex-perito da polícia civil, mas por conta da pandemia ela não está podendo ir à campo. Então, ela pegou o modelo de um questionário feito por um colega da Colômbia que tem um projeto parecido com o É de Lei e aplicou online pelas mídias da nossa organização. A pesquisa ficou aberta por mais de um mês e em breve faremos a análise dos resultados e será feita uma comparação com os resultados da Colômbia. Junto a isto, conta que teve contato com outras iniciativas da rede internacional que visavam também entender a relação entre o afastamento social e o consumo de álcool e drogas. Dentre estas, está o trabalho da Rede de Usuários Européia e Latino Americana e a Clarice Madruga pela Global Survey.

Décio propõe que esta discussão seja retomada após as manifestações acerca da pauta.

Michel se manifesta e diz que tem uma questão para ser colocada, ainda que não seja urgente, e que tem relação com a pauta. Propõe que seja feita uma avaliação da implementação da Política de Drogas e traz esta ideia neste momento porque talvez este levantamento pode ser feito também via pesquisa. Algo a ser pensado e discutido, quem sabe, para a próxima reunião.

Décio propõe colocar este ponto como pauta e pede para que, caso alguém seja contrário a isto, se manifestem. Não há nenhuma manifestação contrária.

Marcos pede para ser incluído na Comissão sobre Legislação e concorda com a pertinência da sugestão do Michel.

Angélica reafirma a importância de elaborar um documento como este que o Michel sugeriu e diz que ele também representa um bom produto final de uma gestão.

Felipe acrescenta que a questão dos determinantes sociais de saúde não é um conceito novo e faz todo o sentido com a população alvo deste conselho e por isso também concorda com a sugestão do Michel.

Décio retoma, então, o assunto da pesquisa e diz que tem recebido, pela Coordenação, pessoas que ligam e questionam sobre estes dados, de isolamento social e consumo de álcool e outras drogas. Por isso, foi feito um levantamento e nenhuma pesquisa foi encontrada. Sabemos deste projeto, agora, que a Angélica colocou e de um questionário também pela LEIPSI, da UNICAMP, referente a um outro projeto. Será que podemos pensar em ampliar este levantamento pelo Conselho? Teríamos que ter uma ideia do que já está sendo feito.

Michel completa dizendo que há vários levantamentos que vêm sendo feito e uma possibilidade para o COMUDA é a realização de um específico sobre uso de drogas, que é bem importante, e/ou um levantamento mais amplo, como por exemplo o realizado pela FIOCRUZ que abarca a questão da renda, saúde mental, dentre outros. Talvez seja mais efetivo entrarmos em contato com estes grupos que já estão realizando os levantamentos para fazermos, pelo COMUDA, uma

campanha massiva de divulgação dos dados no município ou algo desta natureza que não represente um re-trabalho no sentido da busca por dados. Isto também vai ao encontro da nossa pouca estrutura para atividades específicas como esta.

Décio concorda com a colocação de Michel.

Patrícia lembra que além do levantamento de dados pessoais, há também uma importância na coleta de dados institucionais e por isso uma conversa com os serviços, como por exemplo os CAPS, seria muito interessante para contemplarmos a questão de como se deu a realidade de atendimento à população usuária de drogas neste período de isolamento social e como o Estado têm se comportado. É muito importante recapitularmos a idéia de que quando falamos da instituição, estamos também falando do indivíduo, por exemplo: o quanto aumentou ou diminuiu ou mesmo se manteve o índice de internação em comunidades terapêuticas neste período. Qual o número de ingresso ou abandono de tratamento nos CAPS, e também o número de atendimentos em prontos-socorros de pessoas usuárias de drogas. Nesse sentido, estou falando ao mesmo tempo de um comportamento social que mudou ou se manteve dentro de um período de tempo específico e também de como o Estado responde a isto e com qual estrutura de política pública.

Décio pontua que este apontamento da Patrícia também esbarra na proposta do Michel de acompanhamento da política pública.

Michel concorda e complementa dizendo que acha pertinente que seja instituído um novo grupo de trabalho no COMUDA que dê conta de avançar nesta discussão voltada para o acompanhamento das políticas.

Décio propõe, então, que seja feito um trabalho de apropriação daquilo que já está sendo feito para que, em seguida, seja possível definir os próximos passos. Proponho já pensar neste grupo, como sugerido por Michel.

Felipe lembra que já existe uma possibilidade de análise dos dados de usuários a respeito das políticas públicas a ser feita por meio da sistematização da sétima COMPAD e que concorda com o caminho proposto por Décio de, em um primeiro momento, entender o que já vem sendo publicado de dados para, então, definir os possíveis eixos a seguirmos.

Elizete sugere, para a discussão sobre os levantamentos de dados de consumo em meio à pandemia, que sejam chamadas as pessoas mencionadas que já estão à frente de pesquisas para participarem de uma reunião do COMUDA e compartilhem o que vêm desenvolvendo. Assim, concorda com a proposta de definir os eixos de pesquisa apenas após o momento de apropriação. Junto a isto, lembra de uma outra pesquisa que está sendo realizada pela USP especificamente sobre a questão da depressão na quarentena. Pela Comissão de Saúde, foi trazido à Câmara um especialista, o Dr. Lotufo, que comentou sobre este levantamento.

Elizete assinala que não está eliminando a proposta discutida até o momento, está agregando. **Décio** manifesta sua concordância sobre o enriquecimento das propostas trazidas para o debate.

É colocada em discussão a participação de convidados para a próxima reunião do COMUDA.

Décio considera que duas pessoas podem participar da reunião, talvez dois grupos ou dois pesquisadores. Solicita à **Angélica** a realização de contatos com pesquisadores que teriam elementos prontos sobre a temática, dados que possam ser discutidos e trabalhados.

Angélica sugere Ana Cristina Maluf que está trabalhando na tradução no questionário e na compilação de dados. Sugere também Luís Fernando Toffoli do LEIPSI, além do responsável

trabalho da Fiocruz. Assinala o interesse da presença de diferentes organizações, com diferentes perspectivas, na Fiocruz há também a temática da saúde mental.

Segundo **Michel**, Chico Inácio é o responsável na Fiocruz. **Décio** sugere que o e-mail seja feito em nome do COMUDA. **Angélica** pode se responsabilizar sobre o assunto e falar em nome do conselho. Prontifica-se a enviar um convite formal para registro, pois trata-se de uma questão institucional. Serão contatados Francisco Bastos, Ana Cristina, Luís F. Toffoli, Chico Inácio.

Ciça acrescenta que é preciso formalizar uma proposta com os objetivos do COMUDA, os pesquisadores deverão enviar uma sinopse do que estão fazendo, um resumo. Talvez não estejam na fase final da pesquisa, e isto importa para o conselho. Ressalta a necessidade de estabelecer o tempo de fala de cada pesquisador e determinar os parâmetros de modo a qualificar as intervenções. **Décio** compromete-se a enviar para o grupo nas próximas semanas outras informações, fazer um levantamento do que está circulando nos grupos, nas mídias.

Cecília manifesta-se sobre a necessidade de confirmação dos pesquisadores.

Marcos resume. A proposta dos convidados será para a próxima reunião do COMUDA que acontecerá no início de julho. Em paralelo, será formada uma comissão. Reitera a importância de trazer pesquisadores de alto gabarito, e que isso não é impeditivo para a formação da comissão.

Décio propõe tirar a comissão para as pessoas interessadas, os conselheiros montarem um grupo. **Michel** questiona se o grupo será composto unicamente por conselheiros, gostaria de saber se para além dos conselheiros do COMUDA, outras pessoas representando organizações podem participar. Sugere a participação da Plataforma, pois ela poderia contribuir para o grupo.

Décio assinala que há dois níveis de trabalho. O COMUDA constitui um grupo formal com os conselheiros. A parte formal deve ser constituída sem prejuízo de participação de pessoas altamente pertinentes ao assunto que está sendo tratado. Propõe formar um grupo ampliado por indicações. Mediante convite a pessoa pode fazer parte integrante do grupo. Haverá assim a criação de uma categoria, com a participação de não conselheiros.

Angélica considera formidável a ideia de um outro grupo, com a participação de outras organizações, de modo a não sobrecarregar os representantes que estão no conselho. Comunica que apresentará um convite à sua coordenadora de ensino e pesquisa.

Angélica manifesta sua vontade em participar do grupo. **Michel** comunica que levará a discussão para a Plataforma. **Felipe**, conselheiro da ABRAMD, e **Jorge** decidirão sobre suas perspectivas participações. **Marcos** solicita sua presença no grupo, dizendo que consultará o Conselho Regional de Psicologia para saber se há outro pesquisador colaborador.

Décio introduz o tema da epidemia e aborda questões relacionadas às cenas de uso, ao território, aos grupos vulneráveis, aos usuários de drogas. Observou análises sobre o assunto e está convencido que não estamos no pico. Desconhece a posição do governo estadual e municipal, porém percebe um movimento de flexibilização, de relaxamento na prática do isolamento. Haverá ainda um tempo de problemas sérios com a questão da transmissão, do tratamento, do atendimento, dos recursos, especialmente dos recursos para situações de gravidade. Sendo assim considera que o assunto deve continuar a fazer parte da pauta do COMUDA.

Quanto a questão do Atende, segundo o núcleo técnico do Redenção, ela está sendo discutida com a promotoria e a defensoria tendo em vista uma alternativa. De qualquer maneira, existem várias ações feitas, tanto pelo poder público, quanto pelas organizações sociais. Solicita um debate no grupo sobre as perspectivas de continuar um trabalho no território neste contexto.

Nas secretarias municipais, o decreto do prefeito oferece alguns caminhos para o afastamento social dos servidores e não apresenta alteração. Por outro lado, as organizações sociais estão fazendo trabalhos, direta ou indiretamente, considerando esta questão. Por sua vez, a Plataforma está realizando uma ação importante nos presídios.

Cecília informa que todos os CAPS estão funcionando, as normas estão sendo seguidas, como máscaras, distanciamento, ... Os casos graves estão sendo atendidos presencialmente. As atividades de grupo estão suspensas, as oficinas estão acontecendo de forma virtual. Tudo é muito difícil, trabalhoso, complicado. Não percebeu um aumento de demanda nos CAPS relacionada ao uso de drogas. As crises observadas dizem respeito à saúde mental, tentativas de suicídio, etc.

Décio considera importante que o trabalho para a população continue acontecendo. **Cecília** afirma que os dados reportados são sobre a sua região, no entanto, em reuniões com representantes de outras regiões, as mesmas informações se repetem. Os CAPS também estão responsáveis pelo atendimento aos trabalhadores de saúde, de escolas. A maioria dos atendimentos são virtuais.

Segundo **Angélica** usuários estão saindo do SIAT II, no Glicério, e voltando para o fluxo. Solicita para a assistência social e para a saúde os seguintes dados: número das pessoas que ficaram nos territórios, que saíram do Atende II e foram para o Glicério, que já voltaram para o fluxo. Usuários do Glicério relatam que só agora foi estruturada a equipe de saúde, quem está querendo se tratar procura ficar no equipamento. O É de Lei está recebendo uma grande demanda dos CAPS AD sobre kits de redução de danos. No entanto, o É de Lei tem um acordo de fomento com a prefeitura, com a secretaria municipal de saúde, os kits são adquiridos através de dinheiro público, logo não podem ser cedidos para o serviço público. Teoricamente todos os CAPS têm recursos para adquirir o material. **Angélica** relata que houve um incidente na região da Luz, na Cracolândia - seu grupo foi abordado pela polícia militar e pela GCM solicitando o CRM, devendo justificar a permanência no território. Foram ameaçados pela GCM que foi transfóbica com uma das redutoras. Tendo em vista a continuidade do trabalho, documentos foram encaminhados para o Ministério Público, e um ofício foi encaminhado para a Secretaria Pública e a Segurança Urbana.

Décio questiona se a demanda é feita institucionalmente ou se é solicitada por profissionais que sabem da importância e conhecem o material. Existe uma diferença nas duas demandas.

Angélica assinala que alguns pedidos chegam de profissionais e, como seu trabalho consiste na cobrança de políticas públicas, é solicitada formalização por e-mail.

Michel ressalta que o profissional que atende o usuário de drogas entende a necessidade desses insumos para os cuidados e o tratamento na rede municipal. Quando a demanda chega via técnico, ela tem mais potência para dizer qual é o cuidado que o usuário necessita. Aponta a importância dos insumos para os serviços de saúde mental, para os consultórios na rua, de se pensar o insumo para além do preservativo, do gel lubrificante e dos folders institucionais. Existe uma gama de cuidados nesses insumos que o É de Lei fornece, via termo de fomento, à Secretaria de Saúde.

Michel solicita que sejam chamados os responsáveis pelo SIAT II, pois quando houve o fechamento do Atende havia uma decisão judicial para que ele fosse mantido aberto. Isso não foi atendido e a multa diária estabelecida na última decisão judicial é de mil reais por dia. Assinala a necessidade de se saber quantas pessoas foram encaminhadas, quantas pessoas estiveram no equipamento, quantas ficaram e, se saíram, para onde foram, enfim, como estão os cuidados delas. Gostaria de entender se o núcleo técnico vai discutir com o Ministério Público e a Defensoria a reabertura do Atende ou se é uma forma de cuidados nas pessoas no território.

Décio esclarece que na reunião do núcleo técnico foi passada a informação que o governo está discutindo com o Ministério Público, com a Defensoria. O governo não está descumprindo uma determinação judicial, mas em processo de discussão em termos da decisão judicial. Como essa decisão vai ter andamento? Essa discussão está sendo mantida pelo governo com as instituições.

Michel solicita uma reunião extraordinária com os conselheiros para que a Secretaria de Assistência e a Secretaria de Saúde apresentem dados. Que um representante da Secretaria de Assistência e da Saúde e um representante do SIAT II venham à reunião extraordinária trazer dados, informar o perfil do usuário e sua movimentação.

Alcione dá informes. A unidade na Brasilândia, local onde o sistema de saúde e os instrumentais são muito frágeis, continua em plantão com os técnicos, todos os dias há alguém na unidade à disposição dos beneficiários. Existe muita preocupação na Brasilândia por conta da fragilidade da região. Na região do Campo Belo a maior parte dos beneficiários tem algum contato com o CAPS, com o Atende, ou com outros locais. É mantido contato via celular com os frequentadores dos equipamentos graças a um rodízio de técnicos. Está havendo a distribuição de quentinhas e de máscaras para os beneficiários e para a comunidade. As frentes de trabalho permanecem fechadas e não há nenhum posicionamento sobre a volta das atividades.

Décio esclarece que, em relação ao SIAT II no Glicério, houve uma reunião sobre a distribuição de alimentação, pois isto está agregando a população, inclusive a população que mora nos cortiços. No SIAT há a movimentação permanente de grupos. Existe a fixação, as equipes estão se constituindo no local e o serviço está se estruturando. Isso faz parte do projeto. Ressalta a importância de se entender como as coisas estão se ajustando, se equilibrando, como as relações estão se constituindo, quais são as relações do grupo de fora com o grupo dentro. Há a implantação de pontos de água, uma ação em continuidade está acontecendo. Tal movimentação implica em alguma imprevisibilidade. Questiona como equacionar a distribuição de alimentos considerando a movimentação no território, inclusive em outros territórios, como a Brasilândia.

Angélica informa que alguns usuários entraram em contato com as organizações da sociedade civil e afirmando que não frequentariam o SIAT, pois só é permitido pernoitar quem faz tratamento psiquiátrico e psicológico em vista de abstinência. No Atende não havia exigências, todos podiam pernoitar, independente de tratamento ou não. No SIAT II – isto consta no decreto - a pessoa precisa se vincular e aderir aos tratamentos, se não ela é encaminhada a um outro serviço da SMADS. Logo, a prefeitura fechou um equipamento de baixa exigência e abriu um equipamento de média exigência. As pessoas que aderiram ao serviço de baixa exigência e que não desejam se medicar, devem ser encaminhadas a um serviço de acolhida diferente do território onde estão. Muitas podem ir para a rua e não necessariamente para um serviço de acolhida.

Décio pergunta se há exigência de tratamento medicamentoso para permanência no equipamento.

Angélica afirma há uma vinculação entre acolhimento e tratamento. Talvez não sejam todas as pessoas que queiram tomar medicamento. É importante investigar e ter mais informações.

Angélica completa que, neste caso, perdeu-se um equipamento de baixa exigência. Sabe-se que dois Atendes em São Paulo, um no Roberto Marinho, Atende IV, outro no Ceagesp, Atende V, se transformarão em SIAT II, no decorrer do ano ou da gestão. Logo o município não terá nenhum serviço de baixa exigência. Haverá somente serviços onde, para pernoitar, será preciso se tratar.

Segundo **Alcione** no Atende Roberto Marinho não há exigência de tratamento medicamentoso.

Para **Angélica** isto ocorre porque ainda é Atende, mas haverá a transformação, talvez após o período de pandemia e em outra gestão. Manifesta sua preocupação com a ausência de um serviço, de um centro de convivência de baixa exigência. Solicita a problematização do fato e posição da Saúde e da Assistência, pois haverá evasão recaindo a culpa no usuário de grande vulnerabilidade.

Décio lamenta a ausência de conselheiros da assistência e da saúde que poderiam esclarecer as questões colocadas. Sugere que estas sejam encaminhadas para eles. “A movimentação dos usuários está relacionada com a distribuição de alimentação?” “O tipo de exigência feita para a permanência é de absenteísmo?” Sugere que as questões sejam encaminhadas por escrito.

Michel solicita que além das respostas, os representantes responsáveis pelo SIAT II participem da próxima reunião extraordinária e respondam sobre o protocolo de atendimento e sobre a equipe técnica. Refere-se ainda ao grande número de denúncias feitas por usuários.

Angélica lembra que apenas neste momento foi possível tomar conhecimento da questão. Não havia equipe de saúde estruturada no SIAT II. Isto acarreta um risco para os usuários. Atualmente a equipe está estruturada e apresenta exigências.

Décio se opõe a uma reunião extraordinária pois considera que na próxima reunião ordinária haverá a presença dos conselheiros de saúde e assistência. A reunião extraordinária apresenta dificuldades, como mobilização e consenso de datas e horários, havendo possível baixa adesão de participantes. Além disso, a discussão diz respeito unicamente o SIAT II do Glicério.

Angélica avalia que na próxima reunião haverá a intervenção de pesquisadores convidados, logo haverá dificuldades de desenvolver toda a pauta em uma única reunião. **Michel** reconhece a dificuldade de uma reunião extraordinária em meio a pandemia, porém avalia que há uma violência institucional e isto pede urgência.

Marcos lembra da função do conselho de acompanhamento das políticas públicas, a epidemia coloca em evidência diversas questões relacionadas ao campo das drogas e álcool. É produtivo dialogar diretamente com os gestores da saúde e da assistência. Considera a urgência do momento e a dificuldade de esperar até a próxima reunião ordinária.

Alcione e **Marcos** mencionam a possibilidade de uma única reunião extraordinária, dividida em dois tempos, tratando das questões relativas ao Atende e ao grupo de trabalho. Importância de discutir uma política pública que acaba de ser implantada e que incide sobre os cuidados com os usuários em momento de pandemia. Reiteram ainda a importância de conhecer o atual trabalho desenvolvido pelos CAPS AD.

Felipe manifesta sua adesão à posição de **Alcione**. Relembra o momento de fiscalização das instituições psiquiátricas, as reuniões com a SMADS e o Conselho Nacional de Direitos Humanos. Opõe-se à realização de uma reunião com as duas pautas, discussão do atendimento aos usuários e apresentação de pesquisas. Assinala a importância de uma reunião extraordinária.

É fixada a data da reunião extraordinária dia 16 de junho para discutir exclusivamente as questões relativas ao atendimento feito aos usuários pelo SIAT II. Encerra-se a reunião.